

**CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATO DE
AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PARA O ALUGUER DE SOM, LUZ, EFEITOS, PALCO E
CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS PARA O FESTIVAL DAS JUVENTUDES 25**

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o aluguer de Palco, equipamento técnico de som e luzes, efeitos de palco e contratação de artistas para o Festival das Juventudes, a decorrer no Parque Urbano de São Lourenço nos dias 7, 8, 9, 10 e 11 de maio de 2025.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado por uma técnica superior da Divisão do Conhecimento, enquanto Gestora de contrato.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor desde a data de outorga do contrato e até ao dia 12 de maio de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O início do contrato conta-se a partir da data de assinatura do mesmo.
3. É condição de eficácia do contrato, nomeadamente para efeitos de pagamento a sua publicitação no Portal da Internet dedicado aos Contratos Públicos. (<http://www.base.gov.pt>).

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Assegurar a realização de espetáculos com os artistas abaixo elencados nas datas e horários referidos:

Dia 9 de maio de 2025

- Baile das Novinhas, das 23h30 às 24h45

Dia 10 de maio de 2025

- Leo 2745, das 22h00 às 23h20

- Prof Jam, das 23h30 às 00h45

- b) Fornecer e assegurar a instalação de um palco orbital 10mx10m, com duas abas de 2,5 m x 5 m, régie e torres de PA, de dia 9 até às 4h00 de 11 de maio de 2025;
- c) Assegurar todos os equipamentos de som, luz e estrados do dia 9 de maio, até às 4h00 do dia 11 de maio de 2025:

- Dia 9: Chuva de Talentos; atuação do grupo Baile das Novinhas, Artistas locais (Dj's);

- Dia 10: atuação dos artistas Leo 2745, Prof Jam e Dj's locais;

Características do Material de Som

- P.A. - Public address (Sistema de som que amplifica e distribui o áudio para um público)
 - Line Array Martin Audio
 - 12 – Top W8LC
 - 12 - Sub Graves W 218 X
 - 4 - Front Fill – Top IHOS Dilos
- F.O.H. - Front of House (área do evento onde o som é controlado e misturado para o público)
 - FoundCraft VI 2000 (48 – 16)
- R.O.H. - Return of House (área do evento onde o som é controlado e misturado para o Palco)
 - Soundcraft VI 600
 - 8 – IN Ear Sennheiser EW 300 G3 combiner + Antenas
 - 10 – Pocket Ew 300
 - 8 – Monitores Proel EDGE 15
 - 1 – Side Fill sub 2 x 18 Martin Audio+ Top Martin Audio W8C
 - 2 – Drum Fill EV/DJ Fill
- Microfones
 - 1 - Kit Bateria Sennheiser Série e 600/e 900
 - 1. e902
 - 4. e604
 - 2. e614 - Condensador
 - 1 – Kit Bateria Beyerdynamic
 - 1. Opus 99
 - 4. Opus 88
 - 2. Opus 53
 - 1 – Kit Bateria

1 D6

1 D4

2 D2

- 4 – Shure Wireless QLXD Sm 58
- 2 – Shure Wireless UR Sm 58
- 2 – DPA 4099
- 1 – Shure Beta 52
- 1 – Shure Beta 91
- 2 – Shure SM 81
- 10 - Shure SM 58
- 2- Shure Beta 57
- 10 - Shure SM 57
- 5 – Shure Beta 98
- 4 - Condensador Sennheiser e 614
- 1 – Condensador MXL 600
- 2 – AT 2050 Large Diaphragm
- 2 – Atm 350 Clip

○ Acessórios Áudio

- 22 – DI BSS
- 1-Stage Box 48 Canais
- Tripés Microfone (Vários Tamanhos)

Material de iluminação

○ Mesa

- 1 – MA Comand + Fader Wing

○ Iluminação Convencional

- 2 – Varas Par 64 1000 W CP 62
- 4 – Molfays (4x650)
- 6 – Molfays 2x100W Led
- 2 – Dimmer “Triton Blue” 12 x 25A

○ Strob - Equipamento de iluminação para criar um efeito de luz estroboscópica

- 6 - Strob Martin Atomic 3000

- Máquina Fumo
 - 2 – Haze Smoke Factory
- Robótica
 - 8 – Spot Robe MMX
 - 8 – Wash Leding 6000 MC RGBW Zoom 8º - 40º
 - 12 – P5
 - 8 – Beam 5R Philips (Personalidade Sharpy 20 Canais)

Estrados

- 10 estrados
 - Dimensões: 1m x 2 m
 - Material: Contraplacado marítimo e alumínio
- d) Assegurar todo o material de DJ necessário aos artistas que atuarão nos dias 9 e 10 de maio de 2025;
- 2 PIONEER CDJ 2000 (dias 9 e 10 de maio)
 - 1 PIONEER DJM 900 (dias 9 e 10 de maio)
- e) Assegurar todas as necessidades de efeitos de palco incluindo Ecrã Leds para todos os espetáculos;

Efeitos de Palco

- Baile das Novinhas
 - CO2 JET MAGIC FX - Utilização de 2 botijas (35 kg de Co2 98% PURO) E 4 canhões de Co2 (disparos de 6 a 12 m) silenciosos;
 - FIRE EXPLO GX2 - 4 Flame Machins EXPLO GX2 (Disparos de fogo em bola ou continuo) - utilização flame liquide Gás;
 - 2 STADIUM SHOTT - 32Kg confettis branco e multicolor - anti inflamáveis e biodegradáveis - 8 disparos;
- Prof Jam
 - FIRE EXPLO GX2 - 6 Flame Machins EXPLO GX2 (Disparos de fogo em bola ou continuo) - utilização flame liquide Gás.
- Leo 2745
 - FIRE EXPLO GX2 - 4 Flame Machins EXPLO GX2 (Disparos de fogo em bola ou continuo) - utilização flame liquide Gás;
 - SPARKULAR SHOWVEN – Fogo Frio - 4 Sparkulares showven e 4x 150 g / máquina (anti inflamável)

- CO2 JET MAGIC FX - Utilização de 2 botijas (35 kg de Co2 98% PURO) DMX e 4 canhões de Co2 (disparos de 6 a 12 m) silenciosos
- 2 STADIUM SHOTT - 12kg confettis branco - anti inflamáveis e biodegradáveis - 3 disparos
- 6 Djs Locais
 - FIRE EXPLO GX2 - 4 Flame Machins EXPLO GX2 (Disparos de fogo em bola ou continuo) - Utilização flame liquide Gás
 - 2 STADIUM SHOTT - 32KG Confettis branco - anti inflamáveis e biodegradáveis - 1 disparo por artista

Ecrã LED e respetivas estruturas

- Dimensões: 6m x 3m
- f) Assegurar a montagem, desmontagem e manuseamento de todos os equipamentos necessários;
 - g) Responsabilizar-se por todas as obrigações legais relativas ao seu pessoal, bem como a reparação de prejuízos causados nas instalações e respetivos equipamentos ou a terceiros, cuja responsabilidade lhe seja imputável;
 - h) Assegurar a presença de todos os técnicos necessários para montagens desmontagens e acompanhamento durante os sound check e espetáculos;
 - i) Obrigação de cumprir e fazer cumprir todos os horários acordados;
 - j) Assegurar todas e quaisquer despesas inerentes a viagens, produção, cachets, alojamentos, transportes, refeições, catering e camarins inerentes aos artistas Baile das Novinhas, Leo 2745 e Prof Jam e dos técnicos de som e luzes.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Garantir o pagamento de todas as importâncias que, a qualquer título, sejam devidas a todos os intervenientes no trabalho da sua responsabilidade.

Cláusula 5.ª

Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter contactos permanentes com os representantes do Município de Abrantes.
2. Os contactos previstos no número anterior podem ser feitos presencialmente, via telefone fixo e/ou móvel ou por endereço eletrónico.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 6.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Abrantes, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Abrantes

Cláusula 8.ª

Preço base

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 47.º do CCP, o preço base (máximo) do procedimento é fixado em **53.985,00€** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, a repartir nos seguintes termos:

- a) Espetáculo com Baile das Novinhas – 5.445,00€ + IVA;
- b) Espetáculo com Leo 2745 – 8.670,00€ + IVA;
- c) Espetáculo com Prof Jam – 17.320,00€ + IVA;
- d) Aluguer de equipamentos de som e luz (2 dias) – 6.300,00€ + IVA;
- e) Aluguer de estrados (2 dias) – 1.000,00€ + IVA;
- f) Aluguer de material DJ (2 dias) – 750,00€ + IVA;
- g) Aluguer de ecrã LED e respetivas estruturas (2 dias) – 4.000,00€ + IVA;
- h) Efeitos de palco (2 dias) – 4.850,00€ + IVA;
- i) Aluguer de palco orbital (2 dias) – 5.650,00€ + IVA.

Cláusula 9.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Abrantes deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Abrantes, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 30 dias após a receção pelo Município de Abrantes das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. As faturas deverão ser emitidas em nome de Município de Abrantes, contribuinte 502661038 e enviadas em formato PDF para o e-mail faturacao@cm-abrantes.pt, ou, no caso de se tratar de faturação eletrónica, através da solução EDI, via plataforma Saphety (www.saphety.com), com a indicação do número da requisição ou do compromisso.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação de todos serviços objeto do contrato.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Abrantes, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, a fatura será paga por transferência bancária.

9

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da lei.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 15% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Abrantes pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

10

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

11

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. O prestador de serviços pode resolver nos termos da lei.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 17.ª.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 15.ª

Caução

Não é exigida caução nos termos do disposto na al. a) do nº 2 do artº 88º do CCP.

Cláusula 16.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, exigíveis para o desenvolvimento da atividade objeto do contrato.
2. O Município de Abrantes pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 3 dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 17.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 18.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª

Trabalhadores afetos à prestação do serviço

O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artº 419º-A do CCP, na atual redação, por força do disposto no nº 2 do artº 451º do mesmo diploma legal.

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.